



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 18/03/2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu,

, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0017545-83.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Pinkbiju Franchising Empreendimentos e Part Ltda**
 Embargada: **Casa do Serralheiro de São Carlos Ltda**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Pinkbiju Franchising Empreendimentos e Participações Ltda.

opôs embargos à execução em face da **Casa do Serralheiro de São Carlos Ltda. - EPP**, alegando a necessidade de se indeferir a inicial da execução por não ter sido cumprido o disposto no inciso II, do artigo 614, e nem o inciso II, do artigo 225, do CPC. O valor da execução mostra-se equivocado. Trata-se de cheque pós-datado, bom para 22.5.2013, termo inicial para a incidência da correção monetária, conforme artigo 397, do Código Civil. Os juros de mora foram também calculados equivocadamente já que não incidem no período de fevereiro a junho de 2013. Inadequados os 20% de honorários advocatícios incluídos na planilha. O suposto débito seria de R\$ 7.255,85. A embargada não cumpriu parte das obrigações do documento de fl. 07 da execução. Houve violação por parte da embargada do disposto no artigo 476, do Código Civil. A embargada não juntou prova da entrega de todos os itens e serviços descritos a fl. 07. Pede a procedência dos embargos para indeferir a inicial da execução, e, no mérito, reconhecer que a embargada não cumpriu suas obrigações no contrato. Documentos às fls. 21/45.

A embargada impugnou os embargos às fls. 49/53 dizendo que a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

preliminar não se sustenta. Os juros moratórios e a correção monetária foram aplicados adequadamente. Cheque é ordem de pagamento à vista. A embargante não negou a existência da dívida. Os produtos foram entregues regularmente. Pede a rejeição dos embargos.

Réplica às fls. 58/68. Debalde a tentativa de conciliação: fl. 74.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide. A prova é essencialmente documental e está nos autos. A dilação probatória apenas protrairia o momento da prestação jurisdicional e não acrescentaria nada de útil ao acervo probatório.

O ato citatório se deu de modo regular, tanto que a embargante ofereceu tempestiva e ampla defesa.

A embargada apresentou a planilha de seu crédito (fls. 04/05). Eventual excesso não desqualifica por inteiro a iniciativa da embargada que satisfaz o disposto no inciso II, do artigo 614, do CPC. Evidente que o juiz deve eliminar os excessos verificados na planilha.

A decisão de fl. 02 da execução arbitrou os honorários advocatícios devidos à exequente em 10% do valor do débito. Essa decisão teve a virtude de, automaticamente, reduzir os honorários advocatícios pleiteados pela exequente, que na planilha de fl. 05 elaborou o cálculo dessa verba em 20% do débito exequendo. A partir do momento em que este juízo proferiu a decisão de fl. 02 da execução, fixando os honorários advocatícios em 10% da dívida exequenda, a embargante já não tinha motivo para questionar o cálculo da embargada de 20% dos honorários advocatícios. Não era caso sequer deste juízo determinar à exequente o refazimento da planilha de crédito. Observo que os bens dados à penhora (fls. 29/30 da execução) são de difícil ou quase impossível comercialização, motivo inclusive do despacho exarado a fl. 74 dos embargos.

O cheque de fl. 17 da execução foi emitido em 21.02.2013 para ser apresentado ao sacado em 22.05.2013. A referência contida no rodapé do anverso do cheque, qual seja, "Bom para 22-05-13", é que permitiu à embargada levá-lo ao sacado em 22.05.2013, conforme consta do dorso do cheque.

Evidente que não incidem correção monetária e nem juros de mora sobre o valor do cheque no período entre a data de sua emissão (21.02.2013) e a véspera da data que o cheque foi levado ao sacado (22.05.2013). Esse ajuste não desmerece o cheque, que é ordem de pagamento à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

vista, conforme artigo 37, da Lei nº 7.357/85. Em contrapartida, o juiz não pode ficar indiferente ao relevante ajuste jurídico firmado pelas partes quanto à data da apresentação do cheque, motivo pelo qual é fixado como termo inicial de incidência da correção monetária e dos juros de mora a data da apresentação do cheque ao sacado, que ocorreu em 22.05.2013.

No mérito, a inicial dos embargos primou pela generalidade ao afirmar "...a embargada não menciona que não cumpriu o acordado e parte das obrigações/itens descritos no documento de fl. 07" (fl. 10). Não apontou quais os bens e serviços de fl. 07 da execução que não teriam sido entregues a ela embargante. Evidente que o cheque exequendo foi emitido pela embargante no mesmo dia em que a nota fiscal de fl. 07 foi expedida, presumindo-se que a entrega do cheque se deu à vista do recebimento das mercadorias adquiridas. Interessante notar que a embargante procurou tangenciar a questão ao afirmar que parte dos bens e serviços não lhe fora entregue, sem contudo ter tido o cuidado de explicitá-los. Ora, o cheque era para ser apresentado ao sacado 3 meses e um dia depois de sua emissão, tempo mais que suficiente para a embargante reclamar, na via judicial ou extrajudicial, sobre a eventual não entrega de alguns bens ou serviços. Inconsistente, pois, a retórica da embargante.

Waldo Fazzio Junior, Manual de Direito Comercial, 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2004, pág. 441, registra que "o cheque, como ordem de pagamento à vista que é, não pode ter sua apresentação ao banco sacado e sua cobrança judicial condicionadas ao cumprimento de eventuais obrigações assumidas pelo credor...".

Esse mesmo jurista, na o.c., página 372, referindo-se à autonomia do cheque sustenta que "cada obrigação contida no documento é autônoma, existe por si só, de modo que o adquirente ou portador do título pode exercer seu direito sem qualquer dependência das outras relações obrigacionais que o antecederam".

Diante disso é evidente que o cheque exequendo se mantém hígido, não houve inadimplemento por parte da embargada dos termos contratuais, a qual tem inclusive a seu favor a autonomia que caracteriza o cheque. As alegações da embargante beiram à litigância de má-fé.

JULGO PROCEDENTES EM PARTE os embargos à execução para reconhecer que a correção monetária (cujos índices a serem aplicados são os da Tabela Prática adotada pelo TJSP) e os juros de mora de 1% ao mês incidirão sobre o valor do cheque a partir de 22.05.2013, data da apresentação desse cheque ao sacado. Prevalece a decisão de fl. 02 que arbitrou os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito exequendo, já feito o desconto do excesso incorrido pela embargada, honorários advocatícios esses a serem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

pagos pela embargante em favor da embargada. Custas processuais a cargo da embargante, inclusive as de reembolso. Subsiste a penhora, sem prejuízo do quanto determinado a fl. 74 dos embargos. Prossiga-se desde já na execução, mesmo porque eventual recurso será recebido no efeito devolutivo, respeitados os limites estabelecidos nesta sentença.

P.R.I.

São Carlos, 24 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**